do n.º 1 do artigo 54.º do Código das Sociedades Comerciais, a fim de deliberar sobre as matérias constantes da seguinte ordem de trabalhos aprovada:

1.º Deliberar, aprovando, rejeitando ou modificando, sobre o relatório de gestão e as contas relativas ao exercício de 2001;
2.º Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados;
3.º Proceder à apreciação geral da administração o fiscalização da sociedade com a amplitude prevista na lei, designadamente na alínea *c*) do n.º 1 do artigo 376.º do Código das Sociedades Comerciais;
4.º Deliberar sobre o preenchimento do cargo vago no conselho de administração, elegendo o respectivo substituto até ao final do mandato para o qual o membro demissionário havia sido eleito.

Presidiu aos trabalhos o presidente da mesa da assembleia geral, o Dr. Rui Manuel Duarte Sousa da Silveira, o qual foi secretariado pela secretária da mesa, Dr.ª Maria Madalena França e Silva Quintanilha Mantas Moura.

Com a presença de todos os membros do conselho de administração e do conselho fiscal da sociedade, passou-se de imediato ao ponto 1.º da ordem de trabalhos.

Pediu e usou da palavra o presidente do conselho de administração, que fez a apresentação do relatório de gestão e do balanço e demonstração de resultados relativos ao exercício de 2001, destacando destes documentos os pontos considerados fundamentais.

Como mais ninguém tivesse querido usar da palavra, passou-se à votação, primeiro na generalidade, depois na especialidade, do relatório de gestão e das contas da sociedade, relativas ao exercício de 2001, as quais foram aprovadas pelos votos dos accionistas da sociedade.

No que se refere à aplicação de resultados constante do ponto 2.º da ordem de trabalhos foi aprovada pelos accionistas da sociedade a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo conselho de administração que se transcreve:

O resultado líquido do exercício de 2001 foi de 12 400 772,67 euros, para o qual e nos termos da alínea *b*) do artigo 376.º do Código das Sociedades Comerciais, se propõe a seguinte aplicação:

a) Reserva legal: 620 038,63 euros;
b) Reservas livres: 2 985 868,17 euros;
c) Distribuição aos colaboradores e órgãos sociais: 114 325 euros;
d) Distribuição aos accionistas: 8 680 540,87 euros.

Entrando-se no ponto 3.º da ordem de trabalhos, foi aprovado pelos votos dos accionistas um voto de congratulação, confiança e louvor ao conselho de administração e ao conselho fiscal, bem como a cada um dos seus membros, pela forma como foram exercidas a administração e fiscalização da sociedade durante o exercício findo.

No que se refere ao ponto 4.º da ordem de trabalhos, preenchimento do cargo vago no conselho de administração, em consequência da renúncia apresentada pelo Dr. Mário Jorge Patrício Tomé, os accionistas deliberaram nomear, para ocupar aquele cargo, até ao final do mandato para o qual havia sido eleito o membro demissionário, o Dr. Amílcar Carlos Ferreira de Morais Pires, casado, residente na Avenida Major Neutel de Abreu, 195, 9.º, em Lisboa.

E como mais nada houvesse a tratar, deram-se por encerrados os trabalhos da assembleia geral universal da ESAF — Espírito Santo Activos Financeiros, SGPS, S. A., de que se lavrou a presente acta, que depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelo presidente da mesa e pela secretária, que a elaborou.

A Mesa da Assembleia Geral: *(Assinaturas ilegíveis.)* 2008427579

SOLVERDE — SOCIEDADE DE INVESTIMENTOS TURÍSTICOS DA COSTA VERDE, S. A.

Relatório n.º 1-AP/2007

Sede social: Rua 19, 85 , 4501-858 Espinho.
Capital social: 30 000 000 euros.
Conservatória do Registo Comercial de Espinho. Matrícula n.º 33/720710; identificação de pessoa colectiva n.º 500272484; número e data da inscrição: 11/9 de Maio de 2005.

Maria Arminda Marques Henriques Martins, conservadora da Conservatória do Registo Comercial de Espinho:

Certifico que foram depositados os documentos da prestação de contas do exercício de 2004 da sociedade em epígrafe e que as cópias anexas são a reprodução integral dos documentos depositados.

Está conforme.

Conservatória do Registo Comercial de Espinho, 17 de Maio de 2005. — A Conservadora, *Maria Arminda Marques Henriques Martins.*

Relatório e contas de 2004

Órgãos sociais

Mesa da assembleia geral:

Presidente: Amadeu José de Melo Morais.
Vice-presidente: Manuel Ferreira Baião Nunes dos Santos.
1.º secretário: José Augusto Ferreira Campos.
2.º secretário: Napoleão Ferreira de Amorim.

Conselho fiscal:

Presidente revisor oficial de contas: Fernando Ribeiro & Oliveira Maia, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, L.da, representada por Augusto de Oliveira Maia, revisor oficial de contas.
Vogais:

Arlindo Jorge Baptista Soares.
Ruben Artur Veiga Henriques Estima.

Suplente revisor oficial de contas: Fernando Ribeiro & Oliveira Maia, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, L.da, representada por Fernando Júlio Gonçalves Ribeiro, revisor oficial de contas.

Conselho de administração:

Presidente: Manuel Soares de Oliveira Violas.
Administradores:

Rita Celeste Soares Violas e Sá.
Edgar Alves Ferreira.
Pedro Américo Violas de Oliveira e Sá.
Fernando Fernandes da Silva.
Joel Santos Pais.
Joaquim Fernando Marques Reis.

Secretário da sociedade:

1.º secretário: Nuno Miguel Ferreira Morais.
Secretário suplente: Cristina Helena Henriques Lopes Relvas.

Relatório de gestão

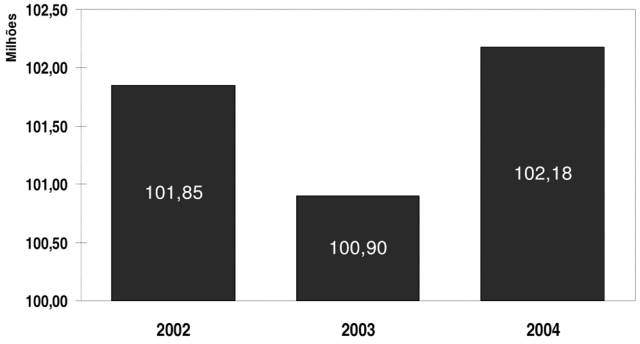
1 — Enquadramento geral e aspectos mais salientes da actividade em 2004

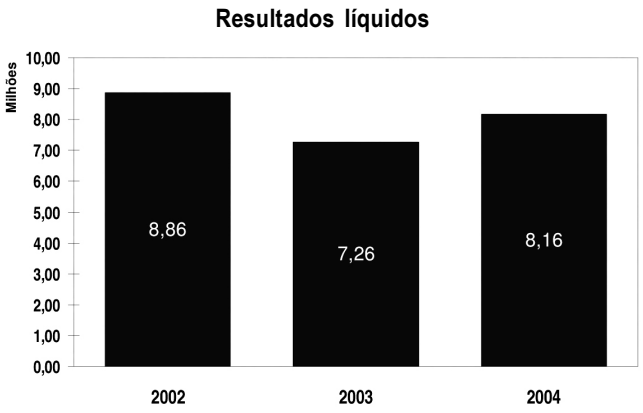
O exercício de 2004 foi, para a Solverde, um ano bastante positivo apesar de toda a envolvente macroeconómica recessiva que se vem arrastando não só no nosso país como em toda a Europa, o nosso mercado comercial preferencial a cujas repercussões não somos alheios. Acresce a isto a instabilidade política vivida durante o ano que é um factor perturbador do clima económico e portanto do desenvolvimento dos negócios que, naturalmente, se reflectiu nas actividades prosseguidas pela nossa empresa.

Há, todavia, que realçar um factor positivo que foi a realização do Campeonato Europeu de Futebol em Portugal, tendo este evento proporcionando às nossas unidades hoteleiras, com particular relevo para o Hotel Solverde (foi a unidade hoteleira escolhida para alojar as equipas de arbitragem do torneio) um acréscimo conjuntural das taxas de ocupação e das receitas de alojamento.

A conjugação destes factores permitiu à Solverde crescer no seu volume de negócios 1,26% atingindo uma facturação de 102,175 milhões de euros aquém, contudo, do objectivo fixado, há um ano atrás, que era de 105 milhões de euros, mas, mesmo assim, e em face de um rigoroso controlo dos nossos custos, fomos capazes de aumentar os resultados líquidos em quase 12,5%, para um nível que supera os 8 milhões de euros, significativamente acima dos 7 milhões que havíamos apontado na última assembleia geral.

Volume de negócios





Todavia é de realçar que a *performance* da actividade apresentada pela Solverde é ligeiramente melhor que os seus concorrentes, que a generalidade do sector de jogo teve, em Portugal, em 2004 (uma quebra de 0,5%), o que prova, mais uma vez, que, mesmo num ambiente adverso, conseguimos demonstrar a nossa capacidade de gestão num sector tão particular como é a exploração do jogo, através de uma rigorosa gestão dos recursos humanos e materiais.

Não é também, de modo nenhum, negligenciável, para a manutenção deste nível de receitas a forte aposta em espectáculos e eventos de elevado prestígio, bem como a uma notável actividade de animação que confere aos casinos uma imagem de local de entretenimento e lazer, o que permite atrair um cada vez maior número de clientes.

Foi, graças a esta política de actuação que as receitas de jogo passaram de 88,6 milhões de euros em 2003 para um nível idêntico, em 2004, de 88,9 milhões de euros sendo contudo de dar alguma ênfase dissonante, entre Espinho e Algarve com o Casino de Espinho a ver cair as suas receitas em 1,59 pontos percentuais e a compensação obtida com os casinos do Algarve a crescerem 2,66%.

Durante o ano de 2004 foram apresentados os projectos do Casino e do Hotel de Chaves, estando presentemente em fase de apreciação assim como estão em curso processos de loteamento (em análise na CCDR) e de expropriação dos terrenos ainda não adquiridos onde se vai situar este importante investimento.

Admitimos que a resolução destes processos irá ocorrer muito brevemente e que nos permitirá iniciar as obras que por razões burocráticas, não foi possível começar, como havíamos previsto, no último trimestre de 2004.

Refira-se também, pela importância que assume em termos de beneficiar das verbas pagas na contrapartida inicial da concessão dos casinos do Algarve, que obtivemos, por parte das entidades fiscais, uma decisão positiva sobre o projecto de construção de uma academia e de um campo de golfe de 27 buracos na zona de Portimão o qual nos permitirá obter sinergias com a unidade hoteleira que temos na Praia da Rocha, potenciando maiores taxas de ocupação, em especial na época baixa.

1.1 — **Exploração do jogo**

1.1.1 — Espinho:

Não se confirmaram, ainda em 2004, os anunciados sinais de retoma tendo, ao contrário, persistido uma situação recessiva, caracterizada por um abrandamento do nível da actividade económica em geral e, em particular, da actividade de exploração do jogo, que registou um decréscimo de 0,5% nas receitas globais dos casinos portugueses relativamente ao exercício de 2003.

Tal decréscimo resulta do efeito conjugado da persistente queda das receitas dos jogos tradicionais, cifrada em cerca de 18% e do incremento, em cerca de 2,8%, das receitas do jogo das máquinas, sendo que estas últimas passaram a representar 86,5% das receitas globais do jogo nos casinos.

É assim que, em consonância com a preocupação que manifestamos em anteriores relatórios, se continua a assistir a um decréscimo significativo das receitas dos jogos tradicionais, quer em termos absolutos quer do seu peso relativo no conjunto das receitas globais dos jogos em casinos, as quais passaram de 15,5% em 2003 para 12,7% em 2004.

A evolução das receitas dos jogos no casino de Espinho no exercício de 2004 acompanhou aquela tendência geral, apresentando mesmo desvios negativos em relação às médias antes referidas.

Globalmente as receitas dos jogos ascenderam a 45,8 milhões de euros tendo registado, pelo segundo ano consecutivo, uma descida relativamente ao ano anterior, a qual em 2003 havia sido de 2,28% e agora, em 2004, se cifrou em 1,59%.

Como consequência, a quota do casino de Espinho no conjunto das receitas totais dos casinos portugueses viu-se também reduzida de 15,46% em 2003 para 15,29% em 2004.

Esta ligeira descida, ficou a dever-se à forte diminuição das receitas dos jogos tradicionais, já que os restantes sectores do jogo, das máquinas automáticas e do bingo, registaram crescimentos ainda que pouco expressivos.

O sector dos jogos tradicionais continuou, assim, em 2004, a destacar-se pela negativa, tendo as respectivas receitas registado uma quebra de 22,4% relativamente a 2003.

Consequentemente, o peso deste sector nas receitas globais de jogo do Casino de Espinho baixou de 12,36% em 2003 para 9,74% no último exercício.

No sector do jogo das máquinas automáticas, em que as receitas ascenderam a 38,98 milhões de euros, registou-se um acréscimo de 1,42% relativamente a 2003, passando este sector a ser responsável por 85,1% das receitas globais do jogo.

Finalmente, a sala de Bingo do Casino de Espinho, única existente em casinos depois do final de 2003, registou receitas superiores em 0,15% às do exercício anterior, resistindo bem à crise que também afectou esta modalidade de jogo a nível nacional, e que se traduziu num decréscimo global de receitas de 7,74% relativamente a 2003.

Assim e em conclusão, o exercício de 2004 caracterizou-se, como o anterior, por um decréscimo, ainda que menos gravoso, do nível de receitas globais de jogo, que apenas não se repercutiu directamente no resultado do exercício devido às acções de racionalização e contenção de custos implementadas, com êxito, neste que é o sector principal da actividade da empresa.

1.1.2 — Algarve:

No ano 2004 não se verificou como era esperada, a retoma da economia depois recessão económica e de crise no sector do turismo que se verificou no ano anterior.

Por isso, nos casinos do Algarve, com vista a manter o crescimento nos seus resultados seguiu-se uma gestão de rigor e ponderação, com investimentos importantes que conseguiram resultados positivos, contrariando as tendências naturais de um sector económico em recessão.

Como não podia deixar de ser, os casinos do Algarve têm, grande preocupação com a manutenção da diversidade e inovação das suas salas de máquinas e de jogos tradicionais, investindo em modelos de máquinas e jogos de última geração e dotando as salas de todo o conforto e qualidade, para que os frequentadores e acompanhantes se sintam cómodos e num ambiente acolhedor.

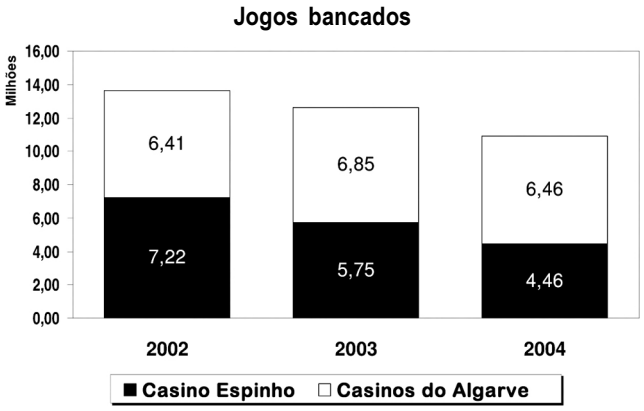
Este ano, as receitas de jogo dos casinos do Algarve atingiram os 43,18 milhões de euros, correspondendo a um aumento de 2,7% face ao ano anterior. Podemos considerar os quase 3% de aumento das receitas face a 2003, um resultado extremamente positivo, se comparado com a tendência negativa do sector.

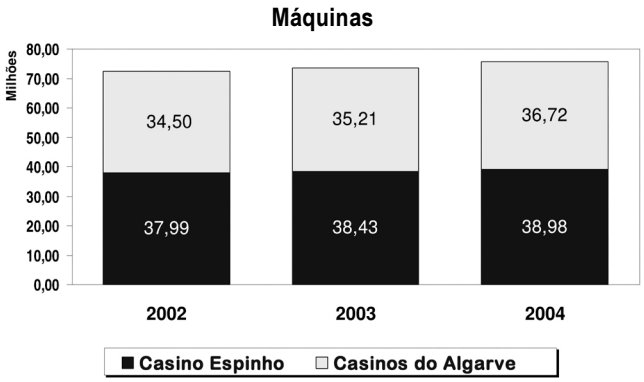
As salas de máquinas dos casinos do Algarve tiveram um crescimento de 4,29%, é de salientar que este crescimento duplicou em relação ao do ano anterior (2,08%) e continuam a ser o sector de maior participação com cerca de 84% das receitas do sector de jogo.

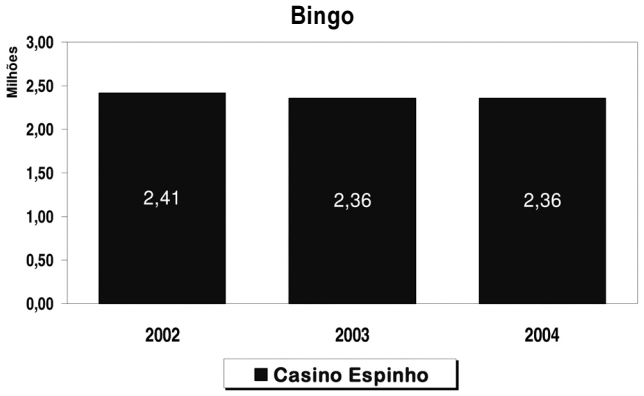
O Casino de Vilamoura continua a ser aquele com mais representatividade na região com um peso de 55% nas receitas de jogo. Em relação ao ano anterior registou um aumento de 4,72% nas receitas de jogo face ao ano anterior.

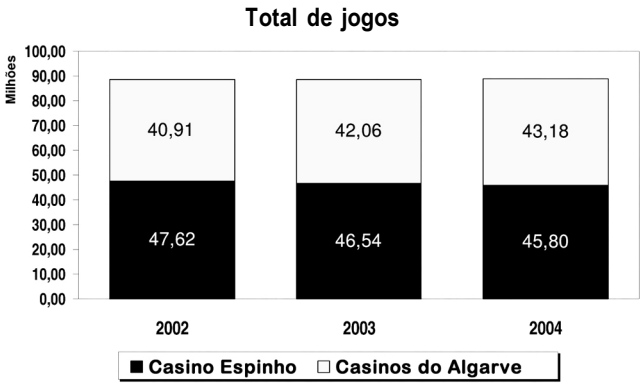
O Casino de Monte Gordo continua a demonstrar que é uma unidade completamente produtiva em relação às dúvidas que se levantaram no início da exploração, com um aumento de 1,16% nas receitas em relação ao ano anterior e gerando receitas anuais de jogo na ordem dos 7,5 milhões de euros. Considerando a conjuntura de 2004, os resultados são bastante positivos.

O Hotel Algarve Casino registou um aumento de 0,38% nas receitas de jogo em relação ao ano anterior, mantendo os 7,58% de aumento nas receitas referentes às receitas da Sala de Máquinas, que compensou a diminuição nas receitas da Sala de Jogos Tradicionais, verificando-se a migração de clientes habituais da sala de jogos para a sala de máquinas.









1.2 — **Animação e restauração**

1.2.1 — Espinho:

Para o findo ano de 2004, a estratégia da Solverde baseou-se no lema — Os Melhores Momentos — tendo para tal levado a cabo a realização de várias galas, festivais gastronómicos e espectáculos diários de comprovada qualidade.

Assim, pelos palcos do Casino de Espinho passaram Diana Krall, Maria Rita, Adamo, Ney Matogrosso, Alcione, Platters, Mafalda Arnauth, Camané, Carlos do Carmo, Kátia Guerreiro, Paulo de Carvalho e Ivans Lins, nomes sobejamente conhecidos do grande público, que angariou, cativou e fidelizou o público nortenho.

Sendo a gastronomia um factor de suporte de lazer, a realização de festivais gastronómicos que enriquecem quem os faz e quem os usufrui, trouxeram até nós o paladar o aroma e a cor, do Alto Tâmega e Barroso, Nordeste Transmontano, Évora, Costa Azul e a Gastronomia Chinesa, com assinalável aderência do público.

De assinalar também a influência em crescendo da actividade lúdica e cultural do Bar Dominó, através da realização das noites poéticas, e pela actuação de bandas nacionais e estrangeiras de reconhecida qualidade, tais como, Sou Siete, Lúdica Música, Raul Marques e os Amigos da Salsa, Paulo de Carvalho, Fernando Girão, Rao Kyao, Salsa Cubana, Serafim Borges, Márcia Barros, etc., nomes esses que contribuíram para a consolidação do Bar Dominó, como o melhor Bar de música ao vivo do Norte.

É com o mesmo espírito, que se aborda o corrente ano, na esperança de melhorar sempre e mais a proposta destinada ao agrado do público.

1.2.2 — Algarve:

Se o sector de jogo constitui a actividade principal dos casinos, as operações de restauração levadas a cabo nestas unidades em momento algum são descuradas. Bem pelo contrário, são inúmeros os esforços para inovar e aprimorar a qualidade. Desde a multiplicidade gastronómica, à utilização de produtos frescos e de primeira qualidade, todos os serviços são planeados para que nos momentos certos tudo esteja aos níveis mais exigentes.

Como pólo de atracção turística, os casinos do Algarve têm consciência da importância da qualidade dos espectáculos diários exibidos. A contratação selectiva de empresas especializadas na produção e realização de espectáculos de qualidade têm colocado os palcos dos casinos do Algarve como o destino de eleição, para jantares de grandes e pequenos grupos, ou simplesmente para quem quer usufruir de uma refeição e de um espectáculo de nível dificilmente igualável em Portugal.

Como resultado, as receitas as áreas de restauração sofreram um aumento percentual na ordem dos 12% face ao ano anterior.

Os espectáculos diários apresentados nos três casinos do Algarve, no decorrer deste ano de 2004, versaram temas variados, para dar satisfação aos gostos de um público cada vez exigente, nomeadamente: Diamond Girls, Moulin Rouge, Simply the Best, Chicago City of Jazz, Naughty Nights, Love Stories, Made in England, Vogue The Deco Years.

Se os espectáculos diários apresentados foram objecto de elogios por parte da comunicação social, os jantares concertos com artistas nacionais e estrangeiros foram um complemento cultural de extrema importância para a região, pois proporcionam momentos culturais inesquecíveis, como foram os casos de: Martinho da Vila, Toke de Prima, Luís Represas, Pedro Abrunhosa, La Copla Y el Fado, The Platters, Rui Veloso, Fernando Pereira.

Como vem sendo hábito, os Casinos do Algarve colaboram nos mais variados eventos sociais, culturais e desportivos da região, quer como entidade organizadora, quer como colaborante e apoiante, sendo de destacar os seguintes eventos: XXVII Campeonato das Amendoeiras em Flor — Troféu Solverde, Gala Internacional de Boxe Profissional, II Circuito Equestre Vilamoura, Festival Internacional de Gastronomia, IV Regata das Marinas do Algarve, Rally Terras d'El Rei, Algarve Classic Cars, Rally Casinos do Algarve, Troféu Regional Sul de Rallyes, 14.º Circuito Golfe e Comunicação, Expresso/BPI — Golf Cup, Grand Champions Legend Ténis, XXX Salão Internacional de Arte Fotográfica do Algarve, Gala Refúgio Ascensão — Lions Clube de Faro, Lions Clube Vilamoura — II Torneio de Golfe, IX Mundialito de Futebol de Praia, VIII Troféu Vilamoura Júnior, IX Torneio de Golfe da IPO, Festa da Cerveja, V Torneio de Golfe de Asmal, 14.º Circuito de Golfe e Comunicação, XVII TAP Open, IIQ. Circuito Solverde, IV Torneio Golfe Casino de Monte Gordo, IV Torneio Golfe Casino de Vilamoura, VI Torneio Golfe Hotel Algarve Casino, Miss Algarve Mais, XVII Grand Troféu de Vilamoura, XI Torneio de Bridge Marinotel.

1.3 — **Hotelaria**

1.3.1 — Hotel Solverde:

Segundo o instituto nacional de estatística (INE) o aumento do número de dormidas baseou-se no acréscimo de 4,4% nos residentes em Portugal e, nos estrangeiros uma quebra de 1% apesar do Euro 2004.

Os mercados emissores mais representativos da Europa à excepção de Espanha apresentaram quebras nas dormidas em todo o território,

principalmente Holanda com menos 10,6%, a França com menos 9,2%, o Reino Unido com menos 4% e a Alemanha com menos 3,5%.

O Hotel Solverde previu no relatório de gestão de contas de 2003, que iria beneficiar com a realização do Euro 2004, conseguindo-o através da negociação com a cadeia de televisão inglesa BBC e com a UEFA para alojar os árbitros para este evento.

Assim, na realidade no mês de Junho deste ano a ocupação foi de 82% contra 47% em 2003 e o preço médio de 197,62 euros contra 84,82 euros em 2003.

Neste ano verificamos um aumento significativo de 34,7% na receita de alojamento bem como um aumento de 19,5% no total das receitas. O resultado bruto de exploração (GOP) em comparação com o de 2003, teve um aumento de 367%. No entanto e de acordo com a nossa previsão no relatório de 2003, retirando o efeito Euro 2004, a taxa de ocupação nos outros meses baixou tendo contribuindo para este factor os segmentos de mercado empresas *(corporate)* baixou em 16,5% e agências *(tour operadores)* baixou 2%. O preço médio quarto (ARR) aumentou em 28,8% em relação a 2003.

Referimos também que durante este ano, com a abertura dos dois hotéis Sheraton e Melia, que haveria uma repercussão na diminuição na taxa de ocupação dos hotéis do Norte, excepto no mês de Junho, bem como uma gradual degradação dos preços médios quarto, que julgamos se irá agravar ao longo do ano 2005.

O ano 2005 vai ser um ano difícil para o Hotel Solverde porque os seus principais segmentos de mercado, congressos, conferências e incentivos (MICE), empresas *(corporate)* e *tour* operadores vão continuar a tendência de baixa na procura como também a forte pressão para o seu preço médio quarto.

Há vários factores que irão contribuir para este cenário negativo, começando logo pelo número de empresas que fecharam em 2004, e outras que irão fechar ao longo de 2005, na região onde o Hotel Solverde está inserido, bem como o aumento de oferta que se verificou este ano com abertura de novos hotéis quer no Norte quer em Lisboa, e na muito lenta recuperação económica.

1.3.2 — Hotel Apartamento Solverde:

O Hotel Apartamento Solverde encerrou o ano 2004 com uma taxa de ocupação de 48,5% que compara com 50,5% em 2003. A receita foi de cerca de 11,5% superior ao ano anterior.

Na análise por segmentos de mercado, constata-se que o *corporate* foi o que mais utilizou o Hotel (49,9%), seguindo-se os operadores turísticos e agências de viagens (30,4%), os clientes individuais (15,6%) e as organizações desportivas (4%).

Ainda que a ocupação de 2004 tenha sido ligeiramente inferior à de 2003, a receita teve uma subida de 11,5%. Este acréscimo está directamente ligado à realização em Portugal do Campeonato da Europa de Futebol, em Junho, que constitui, como previsto, uma boa oportunidade de negócio que o Hotel Apartamento Solverde não desperdiçou.

Conforme foi antecipado, a recessão económica e o conjunto de adversidades por que tem passado grande parte do tecido industrial da região nestes últimos anos, voltou a produzir um impacto negativo na ocupação do Hotel Apartamento Solverde. As empresas são o mais importante segmento de negócio da unidade e têm uma importância vital para os níveis de ocupação, mormente em épocas baixas. O esforço de diversificação compensou em parte a quebra do volume de estadias *corporate* mas não foi suficiente para repor os níveis de ocupação médios.

Como é do conhecimento geral, o panorama para 2005 não permite projecções optimistas. De facto, todo o sector hoteleiro atravessa uma fase algo difícil. A deslocalização de grandes multinacionais, o encerramento de um número considerável de pequenas e médias empresas, os cortes orçamentais para esta área de actividade, os destinos turísticos concorrentes com maior qualidade estrutural e preços mais baixos, a política tarifária agressiva de muitas companhias aéreas, a redução do consumo privado e o investimento, quer privado quer estadual, em queda, não permitem antecipar um ano de bons negócios.

Neste panorama, assumem particular relevância a flexibilidade negocial, uma estrutura tarifária adequada bem como medidas de diversificação das fontes de negócio. Estes três factores e uma procura constante de melhoria de serviço, integrarão o nosso esforço para que 2005 possa acabar por ser um ano satisfatório.

1.3.3 — Hotel Algarve Casino:

Em 2004 o Algarve registou nos meios de alojamento classificados oficialmente cerca de 15,6 milhões de dormidas, tendo a taxa de ocupação média/quarto sido de 55,8% durante o ano turístico (Novembro 2003 a Outubro 2004), ou seja, menos 4,8% do que no ano anterior.

Os principais mercados emissores de turistas para o Hotel Algarve Casino durante o ano de 2004 foram:

Os ingleses com 19 991 dormidas ou 40,02% — um acréscimo de 22,78%;

Os portugueses com 10 593 dormidas ou 21,20% — um decréscimo de 14,15% em relação a 2003;

Os alemães com 4799 dormidas ou 9,60% — uma quebra de 25,68% em relação a 2003;

Os turistas alemães apresentaram as ocupações mais baixas dos últimos 5 anos;

Os holandeses com 2140 dormidas ou 4,28% — um acréscimo de 21,79%;

Os espanhóis com 3050 dormidas ou 6,10% — um decréscimo de 27,96%;

Os americanos e os canadianos com 2012 dormidas ou 4,02%;

Nos canadianos verificou-se um decréscimo de 29,39% e os americanos tiveram uma quebra de 4,15%;

Os russos com 1904 dormidas ou 3,81% (praticamente todos durante o período do Euro 2004);

Os franceses com 952 dormidas ou 1,90%;

Os irlandeses com 829 dormidas ou 1,65%.

Os ingleses mantêm-se na primeira posição em detrimento dos alemães que tiveram uma quebra acentuada, a qual já se verificara nos anos anteriores. Os clientes portugueses, apesar de ultrapassados pelos ingleses, mantêm uma forte presença, constituindo hoje o nosso segundo mercado, tendo no entanto um decréscimo de 14,15%.

O número total de dormidas alcançado foi de 49 948 e cerca de 34,05% de ocupação/quarto ou seja 5,42% inferior em relação a 2003.

A receita global foi inferior a 2003 em 2,68% e o preço médio de quarto desceu em 6,09%.

Os resultados do ano turístico de 2004 reflectem a enorme instabilidade nacional e internacional traduzidos na recessão económica mundial, aliada à conjugação de outros factores de incerteza, como as guerras no Iraque e Afeganistão, ameaças e atentados terroristas, aumento do preço do petróleo, valorização do euro, etc., tendo os resultados finais das empresas sido bastante inferiores aos inicialmente previstos.

A realização do Euro 2004 em Portugal foi o evento que mais contribuiu até hoje para a divulgação da imagem do país no exterior. No entanto, o discurso demasiado optimista e injustificado de muitos dos nossos responsáveis, traduzido na transmissão da ideia de «tudo cheio», contribuiu para, no caso do Algarve, desviar fluxos turísticos para outros destinos. Os meses imediatamente antes, durante e depois do Euro 2004, foram os que registaram as maiores quebras nas taxas de ocupação das unidades turísticas da região.

Por outro lado, o facto dos nossos parceiros económicos privilegiados — os operadores turísticos — enfrentarem problemas económicos e financeiros complexos e difíceis, quer no Reino Unido, quer na Holanda e na Alemanha, consubstanciados em algumas falências e pagamentos em atraso, envolvendo somas avultadas, vêm criando dificuldades de tesouraria a muitas empresas hoteleiras e turísticas do Algarve.

1.4 — **Investimentos**

A Solverde manteve, ao longo do ano de 2004, uma atitude já habitual de fortes investimentos nas suas diversas unidades e áreas de negócio, no sentido de uma permanente actualização e modernização, garante de uma forte competitividade no sector em que se insere e da crescente fidelização dos clientes e atractividade de novos frequentadores e utilizadores dos nossos serviços.

Os investimentos realizados pela Solverde, no decurso do exercício, ultrapassaram os 11 milhões de euros, sendo de destacar o avultado montante despendido no Casino de Espinho tanto a nível de remodelação e modernização das instalações como de equipamento na área de jogo. Apenas neste Casino, e na continuação das obras iniciadas em 2002, foram aplicados mais cerca de 4,8 milhões de euros — englobando a completa remodelação e reequipamento das duas cozinhas existentes de apoio aos salões Baccará e Atlântico e à cantina do Casino de Espinho — a que acrescem 2 milhões de euros gastos em máquinas e equipamento de jogo bem como em informática e sistemas de controlo e vigilância.

No Hotel Algarve Casino, as obras de remodelação iniciadas nos dois últimos meses de 2003, foram concluídas no final do 1.º trimestre do ano passado tendo o investimento global ascendido a cerca de 2 milhões de euros.

Para além dos espaços públicos que foram alvo de alterações, designadamente a fachada, a recepção, o grande *lobby*, o salão de estar, o bar, a esplanada, os restaurantes, as piscinas e as áreas exteriores, o Hotel Algarve Casino apresenta agora dois novos espaços — um *open*

space com ambientes diferenciados, constituídos pelos antigos *lobbies*, salão de estar e bar, e um *playground* junto à piscina infantil, para os mais pequenos.

Ampliar os espaços públicos, dando maior importância à fachada e rejuvenescendo ambientes com mais de trinta anos, assim como torná-los mais funcionais — complementando a oferta das salas multiusos com áreas públicas e de lazer adequadas —, constituíram os principais objectivos do investimento.

Confirmada a cada vez maior importância do sector das máquinas automáticas para as receitas dos casinos, tendência esta não só a nível nacional como também mundial, procedeu-se, como já vem sendo habitual, a uma ampliação e modernização do parque de máquinas em todos os casinos do Algarve, avaliado em 1,15 milhões de euros. De facto a preponderância deste sector obriga a uma constante actualização dos equipamentos de modo a fidelizar e atrair cada vez mais clientes, tendo-se levado a efeito diversas obras que ascenderam a cerca de 600 000 euros.

Refira-se ainda a aquisição, durante o ano de 35 308 acções próprias, ao preço médio de 9,95 euros.

Finalmente, informamos os senhores accionistas que o conselho de administração, em reunião realizada em 15 de Dezembro de 2004 deliberou proceder à venda de uma viatura *Jaguar* à D. Rita Celeste Soares Violas e Sá, nossa administradora, por um montante igual ao seu valor comercial tendo obtido parecer favorável do conselho fiscal para o efeito.

1.5 — **Relevação contabilística**

De acordo com o Plano Oficial de Contabilidade e com as Normas Interpretativas Aplicáveis, da Comissão de Normalização Contabilística, adoptaram-se os seguintes procedimentos:

Contabilização, no imobilizado corpóreo, dos bens adquiridos reversíveis para o Estado no final das concessões, sendo as respectivas amortizações efectuadas tendo em consideração os anos que faltam para o termo das mesmas. Na sequência dos contratos de prorrogação, conforme o Decreto-Lei n.º 275/2001, de 17 de Outubro, o prazo das concessões foi alargado até 2023.

A parte comparticipada pelo Estado na aquisição daqueles bens foi contabilizada como subsídio ao investimento, como proveito diferido ao longo da concessão, tendo sido imputado neste exercício o montante de 1 814 354 euros.

Atendendo à natureza e à situação de alguns processos pendentes sobre clientes e outros devedores, decidiu-se actualizar a provisão existente para cobrança duvidosa, tendo sido aumentada em 67 794 euros, de forma a melhor traduzir essa realidade.

Em virtude dos prémios acumulados das Salas de Máquinas, a pagar aos clientes, terem aumentado durante o exercício, foi decidido corrigir a provisão para riscos e encargos no valor de 93 357 euros.

Dando cumprimento à directriz n.º 9, o valor da conta de investimentos financeiros, partes de capital em empresas do Grupo, foi corrigido para menos em 494 575 euros, pela aplicação do critério da equivalência patrimonial, correspondendo a resultados das nossas participadas.

Conforme o deliberado na assembleia geral de 22 de Abril de 2004, foi transferido para reserva legal, o valor de 19 015,38 euros, resultante dos dividendos de acções próprias adquiridas entre 1 de Janeiro de cada ano, ainda não prescritos, e a data em que foram colocados à disposição.

Foram consideradas dívidas incobráveis saldos sobre clientes no montante de 368 954 euros por razões várias, valor este que já estava provisionado em exercícios anteriores.

Da constante evolução tecnológica resulta que o equipamento informático rapidamente se torna obsoleto. Por esse facto, foi abatido ao activo bruto da empresa, o valor de 581 550 euros relativo a equipamento informático, que entretanto ficou inoperacional.

Ainda no seguimento, da constante remodelação do parque de máquinas de jogo, foram abatidas máquinas no valor de 144 918 euros.

Destes abates resultou um custo para a empresa no valor de 90 023 euros.

2 — **Empresas associadas**

Relativamente às nossas associadas cuja actividade acompanhamos de perto, salientamos como mais relevantes os seguintes factos ocorridos durante o exercício de 2004.

EMPES — Empresa de Publicidade de Espinho, L.da

A recessão e a incerteza quanto ao futuro que marcaram a actividade económica em Portugal, afectaram, naturalmente, o desempenho e o desenvolvimento dos negócios desta nossa associada, bem como, em consequência, a capacidade de investimento na modernização de equipamento.

O exercício de 2004 caracterizou-se por grandes dificuldades na venda de publicidade e por um quase nulo nível de actividade enquanto agência de publicidade.

Apesar destas condicionantes e mercê de grandes esforços a actividade do jornal foi francamente positiva tendo-se traduzido num volume de negócios, em 2004, de 280 000 euros — um crescimento de 3,7% face ao exercício anterior.

Já no que concerne ao apoio estatal, esta nossa associada continua esquecida; a publicidade institucional tão prometida nunca chegou à imprensa regional, mas já se verifica o oposto nos grandes meios da imprensa e nas televisões, onde foram realizadas fortes campanhas publicitárias.

Além desta falta de apoio, uma breve referência para o agravamento de condições decorrentes da diminuição na comparticipação no porte — pago.

Pese embora toda esta envolvente recessiva, o aumento do volume de vendas aliado a um apertado controlo de custos permitiu um resultado líquido positivo no montante de 18 196,85 euros valor este que mais que triplicou o valor obtido no exercício de 2003.

Por fim, e se os indícios de retoma económica se confirmarem, esperamos atingir uma situação financeira mais desafogada que permita a modernização e renovação de algum equipamento quer em termos gráficos quer em novos meios de comunicação.

Solverdotéis — Sociedade Hoteleira, L.da

Em sequência da dissolução da empresa, em Dezembro de 2003, procedeu-se ao encerramento da liquidação em Outubro último, tendo gerado um prejuízo de 5739,85 euros.

Sociedade de Investimentos Imobiliários da Praia da Rocha, S. A.

Esta sociedade praticamente não desenvolveu qualquer tipo de actividade na sequência dos contratos de arrendamento e de exploração celebrados com a Solverde em 1997, pelo que a actividade se resume à propriedade e gestão do edifício onde estão instalados o Hotel Algarve e o Casino da Praia da Rocha.

Os proveitos da empresa são apenas os decorrentes das rendas relativas aos contratos supracitados, sendo a rubrica de amortização do imobilizado de longe a mais relevante componente de custo e que fez com que o resultado do exercício seja naturalmente negativo, ascendendo, em 2004, a 503 183,47 euros.

3 — **Plano de comunicação**

No meio Imprensa mantemos a estratégia de maior investimento nos suportes de cobertura nacional. Desta forma rentabilizamos melhor o nosso investimento e por outro lado anulamos a percepção de sermos uma oferta nacional.

No meio rádio mantemos o acordo de veiculação de spots publicitários com a TSF, o que nos garante uma boa cobertura nacional, ainda que as nossas campanhas sejam reforçadas com a veiculação dos *spots* em rádio locais, aqueles de maior afinidade e cobertura para áreas de influência das nossas unidades.

No meio *outdoor* para além do formato 8 × 3 que utilizamos em Valença, Braga, Vila do Conde e Fojo mantemos também a rede de 36 Mupis J. C. Decaux em centros urbanos.

A utilização desta rede permite-nos uma boa cobertura efectiva, bem como nos permite uma maior economia na manutenção da rede, por comparação aos formatos 8 × 3. Um dos aspectos mais positivos deste suporte, é a possibilidade que temos em substituir as campanhas em rede semanalmente, e fazer rodar mais que uma campanha pela mesma rede. Temos posições em: Porto, Matosinhos, Gondomar, Guimarães, Famalicão, Braga, Viseu, Valongo, Coimbra, Barcelos, Santo Tirso, S. João da Madeira, Viana do Castelo, Penafiel, Ovar e Aveiro e mais recentemente no Gaia Shopping, Norte Shopping, Maia Shopping e Braga Parque.

Relativamente ao plano comunicação para o mercado internacional, o maior volume de investimento em comunicação continuou a ser feito para o mercado espanhol, que pela sua proximidade e apetência pelos nossos produtos é indubitavelmente o mais rentável. Assim é frequente acompanhar as campanhas comerciais às agências de viagens espanholas com a veiculação de anúncios publicitários no jornais mais representativos de cada região bem como nas revistas/catálogo das respectivas agências de viagens e operadores turísticos.

Outros mercados internacionais, foram trabalhados de diferente forma, quer pela presença da equipa comercial da Solverde em feiras de turismo no estrangeiro e distribuição de brochuras das nossas unidades, bem como com a presença na Bolsa de Turismo de Lisboa, a feira de turismo mais relevante do país e que angaria uma forte presença de operadores turísticos estrangeiros.

O patrocínio, continua a ser uma área de relevância do nosso plano de comunicação na medida em que acreditamos no potencial dos eventos a que nos associamos como patrocinadores como forma de promover a nossa imagem institucional. Assim salientamos a nossa participação em eventos como: Solverde Cup em Ténis, Mastrers Solverde em ténis, Final Four da LPA, XIV Torneio Internacional de Hóquei em Patins, X Convenção de Fitness, Rally Casino de Espinho, XI Solverde Cup em Golf, 1.º circuito Casinos Solverde, Expresso BPI Golf Cup, VI Festival Internacional de Bridge Casino de Espinho, 27.º Festival internacional de Cinema de Animação, VI torneio Internacional de Bridge do Hotel Algarve Casino, X Torneio de Bridge do Vilamoura Marina Hotel, Algarve Classic Cars, Circuito Equestre de Vilamoura, Rally Casinos do Algarve, Rally Terras d'El Rey, Taça do Presidente da República Golf, Trofeu Golf da Asmal, XVI Grande Trofeu de Vilamoura Golf, V Concurso de Saltos Internacional Vilamoura, Torneio de Golf IPO, Grand Champions Legend Tenis, Campeonato Regional ANC, XXIX Salão Internacional de Arte Fotográfica do Algarve, 1.º Torneio de Golfe da FPC.

4 — Evolução previsional

Apesar de terem sido configuradas algumas perspectivas de retoma económica para 2005, a verdade é que o clima de incerteza se mantém e ninguém arrisca com alguma segurança, *timings* para o início de uma recuperação da actividade económica de forma consistente.

O espectro do terrorismo contínua presente em todo o mundo e a instabilidade daí decorrente reflecte-se nos mercados mundiais e em particular nos principais parceiros económicos de Portugal, a Europa e os Estados Unidos. A economia portuguesa não é imune a este cenário que se vem mantendo recessivo por muito mais tempo do que é previsto não se vislumbrando, no imediato, a inversão da tendência do ciclo.

Apesar do estado da economia aconselhar alguma prudência, espera-se vir a obter, no ano de 2005, um crescimento do volume de negócios, que será praticamente proveniente das receitas do jogo, graças aos investimentos que vimos realizando, pois, devido ao latente clima de insegurança, a área hoteleira deverá sair uma vez mais prejudicada. Deste modo, esperamos obter um volume de negócios, em 2005, de 103 milhões de euros, uma variação positiva de 0,8% face ao pretérito ano e a manutenção do nível de resultados líquidos que pensamos que atinja os 8 milhões de euros.

Em curso de avaliação está o projecto de loteamento na CCDR para que seja possível a aprovação definitiva, pelas entidades competentes, dos projectos do Casino e do Hotel de Chaves e consequentemente iniciar as obras de construção dos mesmos no 2.º trimestre do corrente ano.

O arranque das obras está condicionado também pelo desenvolvimento do processo de expropriação dos terrenos ainda não adquiridos pela Solverde onde se vai implantar o empreendimento. Pensamos que, a muito breve prazo, teremos acesso à posse administrativa dos tais terrenos de modo a podermos iniciar as obras de infra-estruturas e terraplanagens.

No que concerne ao campo e academia de golfe em Portimão, já neste ano de 2005 foi-nos concedida a autorização, pelo Ministro do Turismo, para enquadrar este investimento no âmbito de contrapartida inicial da concessão dos casinos do Algarve, e, portanto, beneficiar de uma comparticipação financeira significativa.

Ao longo de 2005 proceder-se-á à elaboração dos projectos relativos à construção do campo e academia de golfe assim como se desenvolverá o necessário estudo de impacto ambiental. Daremos início à tramitação dos pedidos de licenciamento de modo a que se possam começar as obras em 2006.

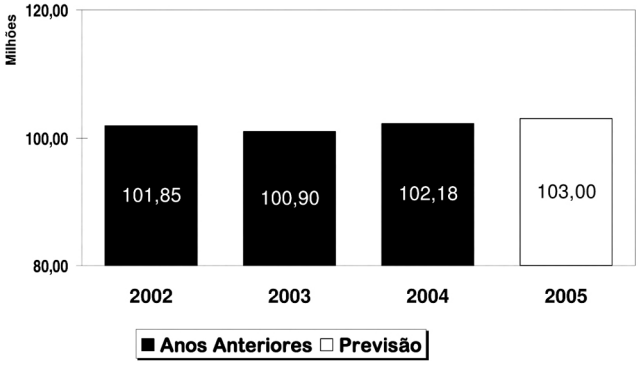
Não deixamos de dar atenção aos nossos concorrentes, tentando manter-nos na linha da frente das ofertas de produtos e serviços de qualidade para que os nossos clientes possuam índices de satisfação elevados.

Continuamos a investir na modernização das nossas unidades hoteleiras e a apostar no conforto e na qualidade dos serviços, assim como prosseguirmos a nossa aposta em apresentar grandes galas e espectáculos com nomes sonantes do panorama musical internacional nos Casinos de Espinho e do Algarve, na senda da sua transformação em centros de animação, diversão e lazer de elevado gabarito.

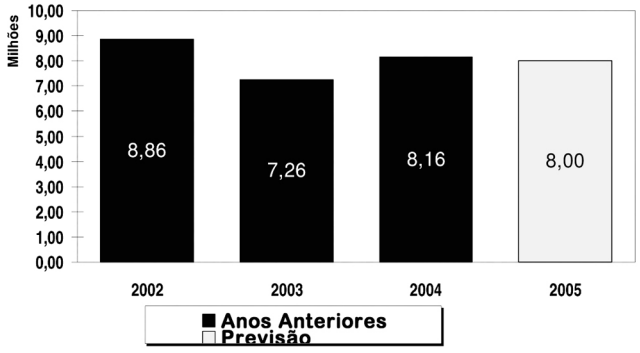
Não descuraremos, obviamente, o nosso principal sector dinamizador de receitas que são as *slots machines*, continuando a diversificação da nossa oferta com a aquisição de novas máquinas bem como na substituição das máquinas mais antigas, em todos os casinos que exploramos.

Concluindo, o nosso trabalho visa, como sempre, o crescimento sustentado baseado numa criteriosa gestão dos nossos recursos, potenciando a Solverde como uma empresa cada vez maior e mais valiosa, como uma empresa de referência no sector do turismo e em particular na exploração do jogo, e proporcionando aos nossos accionistas níveis de valorização e de rentabilidade apreciáveis (como a história o demonstra) associados a objectivos estratégicos de médio e longo prazo.

Volume de negócios



Resultados líquidos



5 — Proposta de aplicação de resultados

O resultado apurado neste exercício foi positivo e atingiu o montante de 8 163 151,45 euros, pelo que se propõe a seguinte aplicação:

Reserva legal: 408 157,57 euros;

Distribuição pelos accionistas sob a forma de dividendos, que corresponde a um valor ilíquido de 30 cêntimos por acção: 1 710 990 euros;

Reservas livres: 144,72 euros;

Reserva para investimentos de interesse turístico no concelho de Espinho e zona em que se situa e em quaisquer outras — alínea *e*) do artigo 20.º dos estatutos: 6 040 146,70 euros;

Resultados transitados, relativos a lucros não distribuídos pelos associados, de resultados referentes a exercícios anteriores: 3712,46 euros.

6 — Notas finais

Aos membros do Governo, da Direcção-Geral do Turismo, do Fundo do Turismo, da Inspecção-Geral de Jogos e a todas as demais entidades oficiais, autárquicas e privadas com quem mantemos relações, agradecemos as atenções e colaboração concedidas.

A todos os colaboradores da empresa manifestamos o nosso reconhecimento pelo empenho e pela colaboração demonstrados.

Ao público em geral agradecemos a preferência que continuou a dar aos nossos serviços.

Espinho, 2 de Março de 2005. — O Conselho de Administração: *Manuel Soares de Oliveira Violas*, presidente — *Rita Celeste Soares Violas e Sá*, administrador — *Edgar Alves Ferreira*, administrador — *Pedro Américo Violas de Oliveira e Sá*, administrador — *Fernando Fernandes da Silva*, administrador — *Joel Santos Pais*, administrador — *Joaquim Fernando Marques Reis*, administrador.

Balanço analítico em 31 de Dezembro de 2004

ACTIVO

(Em euros)

	2004			2003
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
Imobilizado:				
Imobilizações incorpóreas:				
Despesas de instalação	3 463 088	2 087 835	1 375 253	1 480 205
Propriedade industrial e outros direitos	45 491	45 491	–	–
	3 508 579	2 133 326	1 375 253	1 480 205
Imobilizações corpóreas:				
Terrenos e recursos naturais	2 340 631	–	2 340 631	2 340 631
Edifícios e outras construções	56 720 431	23 225 330	33 495 101	31 456 111
Equipamento básico	46 555 351	16 394 918	30 160 433	29 876 465
Equipamento de transporte	1 232 885	663 373	569 512	146 571
Ferramentas e utensílios	599 634	522 631	77 003	86 072
Equipamento administrativo	5 104 151	4 449 125	655 026	712 281
Outras imobilizações corpóreas	860 769	217 430	643 339	618 706
Imobilizações em curso	2 275 726	–	2 275 726	1 807 033
	115 689 578	45 472 807	70 216 771	67 043 870
Investimentos financeiros:				
Partes de capital em empresas do Grupo	5 696 063	–	5 696 063	6 314 582
Empréstimos a empresas do Grupo	6 805 000	–	6 805 000	5 695 000
Títulos e outras aplicações financeiras	548 561	160 798	387 763	264 384
	13 049 624	160 798	12 888 826	12 273 966
Circulante:				
Existências:				
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	832 436	–	832 436	817 497
Mercadorias	56 842	–	56 842	52 938
	889 278	–	889 278	870 435
Dívidas de terceiros — curto prazo:				
Clientes, c/c	848 592	–	848 592	668 461
Clientes de cobrança duvidosa	129 393	129 393	–	–
Adiantamentos a fornecedores	59 619	–	59 619	32 329
Estado e outros entes públicos	404 176	–	404 176	1 098 948
Outros devedores	16 859 998	2 127 866	14 732 132	14 786 160
	18 301 778	2 257 259	16 044 519	16 585 898
Títulos negociáveis:				
Outros títulos negociáveis	147 851	61 506	86 345	103 831
Depósitos bancários e caixa:				
Depósitos bancários	588 994		588 994	2 182 757
Caixa	2 762 537		2 762 537	2 833 445
	3 351 531		3 351 531	5 016 202
Acréscimos e diferimentos:				
Acréscimos de proveitos	–		–	–
Custos diferidos	104 563 846		104 563 846	110 773 415
	104 563 846		104 563 846	110 773 415
Total de amortizações		47 766 931		
Total de provisões		2 318 765		
Total do activo	259 502 065	50 085 696	209 416 369	214 147 822

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO

(Em euros)

	2004	2003
Capital próprio:		
Capital	30 000 000	30 000 000
Acções próprias — valor nominal	(1 483 500)	(1 306 960)
Acções próprias — descontos e prémios	(889 895)	(715 291)
Ajustamentos partes capital em filiais e associadas	183 343	179 631
Reservas de reavaliação	9 460 927	9 460 927
Reservas:		
Reservas legais	3 114 359	2 732 454
Reservas estatutárias	39 886 234	34 426 263
Reservas livres	19 824	19 539
Resultados transitados	(3 712)	–
	80 287 580	74 796 563
Resultado líquido do exercício	8 163 151	7 257 797
Total do capital próprio	88 450 731	82 054 360
Passivo:		
Provisões para riscos e encargos	–	–
Outras provisões para riscos e encargos	1 905 028	1 811 671
	1 905 028	1 811 671
Dívidas a terceiros — curto prazo:		
Dívidas a instituições de crédito	77 468 096	86 430 232
Fornecedores, c/c	1 303 277	1 412 524
Fornecedores — facturas em recepção e conferência	1 061	2 028
Restantes accionistas	44 609	82 449
Adiantamentos de clientes	75	76 789
Fornecedores de imobilizado, c/c	878 508	2 237 633
Estado e outros entes públicos	20 007 051	21 093 591
Outros credores	44 470	293 638
	99 747 147	111 628 884
Acréscimos e diferimentos:		
Acréscimos de custos	2 539 905	2 515 403
Proveitos diferidos	16 773 558	16 137 504
	19 313 463	18 652 907
Total do passivo	120 965 638	132 093 462
Total do capital próprio e do passivo	209 416 369	214 147 822

O Conselho de Administração: *Manuel Soares de Oliveira Violas*, presidente — *Rita Celeste Soares Violas e Sá*, administrador — *Edgar Alves Ferreira*, administrador — *Pedro Américo Violas de Oliveira e Sá*, administrador — *Fernando Fernandes da Silva*, administrador — *Joel Santos Pais*, administrador — *Joaquim Fernando Marques Reis*, administrador. — O Técnico Oficial de Contas, *António Luís Ferreira Pereira*.

Demonstração dos resultados em 31 Dezembro de 2004

CUSTOS E PERDAS

	2004		2003	
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:				
Mercadorias	671 610		632 633	
Matérias	4 324 677	4 996 287	4 411 222	5 043 855
Fornecimentos e serviços externos		13 416 496		13 364 713
Custos com o pessoal:				
Remunerações	15 326 601		15 074 834	
Encargos sociais:				
Outros	4 449 962	19 776 563	4 415 824	19 490 658
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	6 573 496		6 066 302	
Provisões	245 096	6 818 592	1 105 649	7 171 951
Impostos	27 503 224		28 754 225	

(Em euros)

	2004		2003	
Outros custos e perdas operacionais	20 572 754	48 075 978	19 183 171	47 937 396
(*A*)		93 083 916		93 008 573
Perdas em empresas do grupo e associadas	508 923		647 122	
Amortizações e provisões de aplicações e investimentos financeiros	22 323		6 430	
Juros e custos similares:				
Outros	3 059 344	3 590 590	3 681 780	4 335 332
(*C*)		96 674 506		97 343 905
Custos e perdas extraordinários		909 337		1 481 484
(*E*)		97 583 843		98 825 389
Imposto sobre o rendimento do exercício		–		–
(*G*)		97 583 843		98 825 389
Resultado líquido do exercício		8 163 151		7 257 797
		105 746 994		106 083 186

PROVEITOS E GANHOS

	2004		2003	
Vendas:				
Mercadorias	792 813		744 900	
Produtos	3 318 158		3 228 279	
Prestações de serviços	98 064 707	102 175 678	96 929 251	100 902 430
Proveitos suplementares	1 127 349		1 274 263	
Outros proveitos e ganhos operacionais	21 434	1 148 783	617 015	1 891 278
(*B*)		103 324 461		102 793 708
Ganhos em empresas do grupo e associadas	14 348		3 713	
Rendimentos de participações de capital	11		11	
Rendimentos de títulos negociáveis e de outras aplicações financeiras:				
Outros	13 884		15 099	
Outros juros e proveitos similares:				
Outros	42 112	70 355	40 811	59 634
(*D*)		103 394 816		102 853 342
Proveitos e ganhos extraordinários		2 352 178		3 229 844
(*F*)		105 746 994		106 083 186

Resumo:

Resultados operacionais: (*B*) – (*A*) =	10 240 545	9 785 135
Resultados financeiros: (*D* – *B*) – (*C* – *A*) =	(3 520 235)	(4 275 698)
Resultados Correntes: (*D*) – (*C*) =	6 720 310	5 509 437
Resultados antes de impostos: (*F*) – (*E*) =	8 163 151	7 257 797
Resultado líquido do exercício: (*F*) – (*G*) =	8 163 151	7 257 797

O Conselho de Administração: *Manuel Soares de Oliveira Violas*, presidente — *Rita Celeste Soares Violas e Sá*, administrador — *Edgar Alves Ferreira*, administrador — *Pedro Américo Violas de Oliveira e Sá*, administrador — *Fernando Fernandes da Silva*, administrador — *Joel Santos Pais*, administrador — *Joaquim Fernando Marques Reis*, administrador. — O Técnico Oficial de Contas, *António Luís Ferreira Pereira*.

Demonstração dos resultados por funções em 31 de Dezembro de 2004

	2004	2003
1 — Vendas e prestações de serviços	102 175 678	100 902 430
2 — Custo das vendas e das prestações de serviços	4 996 287	5 043 855
3 — Resultados brutos	97 179 391	95 858 575
4 — Outros proveitos e ganhos operacionais	1 148 783	1 891 278
5 — Custos de distribuição	63 763 602	65 246 116

(Em euros)

	2004	2003
6 — Custos administrativos	3 751 273	3 535 431
7 — Outros custos e perdas operacionais	20 572 754	19 183 171
8 — Subsídios para investimentos	1 814 354	1 691 572
9 — Resultados operacionais	12 054 899	11 476 707
10 — Custo líquido de financiamento	3 017 232	3 640 969
11 — Perdas em filiais e associadas	494 575	643 409
12 — Ganhos em outros investimentos	(8 428)	8 680
13 — Resultados não frequentes	(32 481)	(669 295)
14 — Resultados correntes	8 502 183	6 531 714
15 — Imposto sobre os resultados correntes	–	–
16 — Resultados correntes após impostos	8 502 183	6 531 714
17 — Resultados extraordinários	(339 032)	726 083
18 — Imposto sobre os resultados extraordinários	–	–
19 — Resultados líquidos	8 163 151	7 257 797
20 — Resultados por acção	1,361	1,210

O Conselho de Administração: *Manuel Soares de Oliveira Violas*, presidente — *Rita Celeste Soares Violas e Sá*, administrador — *Edgar Alves Ferreira*, administrador — *Pedro Américo Violas de Oliveira e Sá*, administrador — *Fernando Fernandes da Silva*, administrador — *Joel Santos Pais*, administrador — *Joaquim Fernando Marques Reis*, administrador. — O Técnico Oficial de Contas, *António Luís Ferreira Pereira*.

Demonstração dos fluxos de caixa em 31 de Dezembro de 2004 (método directo)

	2004
Actividades operacionais:	
Recebimentos de clientes	101 922 621
Pagamentos a fornecedores	(18 569 130)
Pagamentos ao pessoal	(19 776 563)
Fluxo gerado pelas operações	63 576 928
Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional	(41 790 694)
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias	21 786 234
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias	397 073
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias	(825 748)
Fluxos das actividades operacionais (1)	21 357 559
Actividades de investimento:	
Recebimentos provenientes de:	
Investimentos financeiros	20 544
Subsídios de investimento	1 814 354
Juros e proveitos similares	56 007
Empresas do grupo	14 348
	1 905 253
Pagamentos respeitantes a:	
Investimentos financeiros	(1 251 200)
Imobilizações corpóreas	(10 749 091)
Imobilizações incorpóreas	(25 921)
	(12 026 212)
Fluxos das actividades de investimento (2)	(10 120 959)
Actividades de financiamento:	
Pagamentos respeitantes a:	
Aquisição de acções próprias	(350 514)
Dividendos	(37 840)

(Em euros)

	2004
Empréstimos obtidos	(8 962 136)
Juros e custos similares	(3 059 344)
Empresas do grupo	(508 923)
	(12 918 757)
Fluxos das actividades de financiamento (3)	(12 918 757)
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)	(1 682 157)
Caixa e seus equivalentes no início do período	5 120 033
Caixa e seus equivalentes no fim do período	3 437 876

O Conselho de Administração: *Manuel Soares de Oliveira Violas*, presidente — *Rita Celeste Soares Violas e Sá*, administrador — *Edgar Alves Ferreira*, administrador — *Pedro Américo Violas de Oliveira e Sá*, administrador — *Fernando Fernandes da Silva*, administrador — *Joel Santos Pais*, administrador — *Joaquim Fernando Marques Reis*, administrador. — O Técnico Oficial de Contas, *António Luís Ferreira Pereira*.

Anexo à demonstração dos fluxos de caixa em 31 de Dezembro de 2004

2 — Discriminação dos componentes de caixa e seus equivalentes:

	2004	2003
Numerário	2 762 537	2 833 445
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	588 994	2 182 757
Equivalentes a caixa:		
Títulos negociáveis	86 345	103 831
Depósitos à ordem *(overdraft)*	–	–
Caixa e seus equivalentes	3 437 876	5 120 033
Outras disponibilidades	–	–
Disponibilidades constantes do balanço	3 437 876	5 120 033

3 — Montante de créditos bancários concedidos e não sacados:

Banco Totta & Açores	988 240
Banco Espírito Santo	2 000 000
Millennium BCP	2 493 989
Finibanco	1 247 474
Caixa Geral de Depósitos	10 000 000
Total	16 729 703

O Conselho de Administração: *Manuel Soares de Oliveira Violas*, presidente — *Rita Celeste Soares Violas e Sá*, administrador — *Edgar Alves Ferreira*, administrador — *Pedro Américo Violas de Oliveira e Sá*, administrador — *Fernando Fernandes da Silva*, administrador — *Joel Santos Pais*, administrador — *Joaquim Fernando Marques Reis*, administrador. — O Técnico Oficial de Contas, *António Luís Ferreira Pereira*.

Anexo ao balanço e à demonstração dos resultados em 31 de Dezembro de 2004

1 — Nenhuma disposição do Plano Oficial de Contas foi derrogada.

2 — Todas as contas do balanço e da demonstração dos resultados são comparáveis com as do exercício anterior, excepto as que foram afectadas nos valores de amortização e reintegração anuais, quais sejam as do imobilizado reversível e as dos custos diferidos respeitantes aos montantes das contrapartidas iniciais, calculados agora e como resultado dos contratos de prorrogação das concessões, não para o termo de 2008 e 2017, para Espinho e Algarve, mas para o final de 2023.

3 — Critérios valorimétricos:

3.1 — Critério valorimétrico das existências foi o preço médio de compra;
3.2 — As imobilizações não reavaliadas foram valorizadas pelo custo de aquisição;
3.3 — O critério valorimétrico dos investimentos financeiros, relativos a partes de capital em filiais e associadas, foi o da equivalência patrimonial;
3.4 — As taxas de amortizações do imobilizado próprio referentes à Portaria n.º 737/81 e ao Decreto Regulamentar n.º 2/90 foram utilizadas em 100% do estipulado nas respectivas tabelas anexas. O imobilizado reversível, passou como no exercício anterior, a ser amortizado a novas taxas equivalentes ao período em falta para o fim das concessões, que passaram de 2008 e 2017 em Espinho e Algarve, respectivamente, para o final de 2023.

Pela mesma razão, aos saldos dos custos diferidos, em 31 de Dezembro de 2001, correspondentes às contrapartidas iniciais das concessões, ainda não amortizados, foram acrescentados os valores das contrapartidas devidas por razão das prorrogações, que ascendem a 57 860 556,06 e 14 963 936,91 para Espinho e Algarve, que passarão a ser amortizados, não até 2008 e 2017, mas sim até 2023.

4 — No balanço e demonstração dos resultados não há contas referenciadas a moeda estrangeira.

5 — Não se fez qualquer alteração com vista a obter vantagens fiscais.

6 — Não há situações que venham a afectar impostos futuros.

7 — O número médio de empregados ao serviço da Empresa, no exercício, foi de 1267, conforme o seguinte:

Casino de Espinho — 493;
Casino de Vilamoura — 236;
Casino de Monte Gordo — 131;
Hotel Solverde — 129;
Aparthotel Solverde — 22;
Hotel Algarve Casino — 256.

8 — As despesas de instalação tiveram durante o exercício um aumento de 25 920,68 euros, resultante de gastos com a zona de jogo de Vidago e campos de golfe da Cabeça Boa — Portimão, no valor de 6 006,31 euros e 19 914,37 euros respectivamente.

9 — Não há trespasses.

10 — Movimento do activo imobilizado e respectivas amortizações e provisões:

10.1 — Activo bruto:

(Em euros)

	Saldo inicial	Reavaliação/ ajustamento	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:						
Despesas de instalação	3 437 167	–	25 921	–	–	3 463 088
Propriedade industrial e outros direitos	45 491	–	–	–	–	45 491
	3 482 658	–	25 921	–	–	3 508 579
Imobilizações corpóreas:						
Terrenos e recursos naturais	2 340 631	–	–	–	–	2 340 631
Edifícios e outras construções	51 836 375	–	4 884 056	–	–	56 720 431
Equipamento básico	43 505 973	–	3 487 561	–	(438 183)	46 555 351
Equipamento de transporte	983 009	–	658 197	408 321	–	1 232 885
Ferramentas e utensílios	592 833	–	6 801	–	–	599 634
Equipamento administrativo	5 266 069	–	126 964	–	(288 882)	5 104 151
Outras imobilizações corpóreas	778 344	–	82 425	–	–	860 769
Imobilizações em curso	1 807 033	–	468 693	–	–	2 275 726
	107 110 267	–	9 714 697	408 321	(727 065)	115 689 578
Investimentos financeiros:						
Partes de capital em empresas do grupo	6 314 582	(503 183)	14 348	–	(129 684)	5 696 063
Empréstimos a empresas do Grupo	5 695 000	–	1 110 000	–	–	6 805 000
Partes de capital em empresas associadas	–	–	–	–	–	–
Títulos e outras aplicações financeiras	424 902	–	141 200	17 541	–	548 561
Outros empréstimos concedidos	–	–	–	–	–	–
	12 434 484	(503 183)	1 265 548	17 541	(129 684)	13 049 624

10.2 — Amortizações e provisões:

Rubricas	Saldo inicial	Reforço	Regularizações	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:				
Despesas de instalação	1 956 962	130 873	–	2 087 835
Propriedade industrial e outros direitos	45 491	–	–	45 491
	2 002 453	130 873	–	2 133 326
Imobilizações corpóreas:				
Terrenos e recursos naturais	–	–	–	–
Edifícios e outras construções	20 380 264	2 845 066	–	23 225 330
Equipamento básico	13 629 508	3 116 934	(351 524)	16 394 918
Equipamento de transporte	836 438	219 643	(392 708)	663 373
Ferramentas e utensílios	506 761	18 970	(3 100)	522 631
Equipamento administrativo	4 553 788	184 218	(288 881)	4 449 125
Outras imobilizações corpóreas	159 638	57 792	–	217 430
	40 066 397	6 442 623	(1 036 213)	45 472 807
Investimentos financeiros:				
Títulos e outras aplicações financeiras	160 518	4 573	(4 293)	160 798

11 — Não foram considerados quaisquer encargos financeiros no custo de imobilizações.

12 — Legislação que regulamentou as reavaliações já efectuadas:

12.1 — Decreto-Lei n.º 399-G/84, de 28 de Dezembro;
12.2 — Decreto-Lei n.º 118-B/86, de 27 de Maio;
12.3 — Decreto-Lei n.º 111/88, de 2 de Abril;
12.4 — Decreto-Lei n.º 264/92, de 24 de Novembro;
12.5 — Decreto-Lei n.º 31/98, de 11 de Fevereiro.

13 — Discriminação das reavaliações efectuadas:

(Em euros)

Rubricas	Custos históricos	Reavaliações	Valores contabilísticos reavaliados
Imobilizações corpóreas:			
Terrenos e recursos naturais	1 001 277	829 569	1 830 846
Edifícios e outras construções	5 834 763	4 604 708	10 439 471
Equipamento básico	–	–	–
Equipamento de transporte	–	–	–
Equipamento administrativo	–	–	–
Outras imobilizações corpóreas	1 096	33	1 129
	6 837 136	5 434 310	12 271 446
Investimentos financeiros:			
Investimentos em imóveis	46 125	33 953	80 078

14 — Relação das imobilizações corpóreas e em curso (valores em euros):

14.1 — Não há imobilizações em poder de terceiros;
14.2 — Valor das imobilizações afectas a cada uma das actividades da empresa:

14.2.1 — Imobilizações corpóreas próprias:

Hotel da Granja	24 993 448,27
Aparthotel	7 568 970,42
Centro Comercial I	466 551,26
Edifício Royal Center	1 446 513,91
Terrenos	318 973,27
Edifício Águia d'Ouro	2 000 385,48
Hotel Algarve Casino	2 250 006,82
Outras	1 424 566,11
	40 469 415,54

14.2.2 — Imobilizações em curso:

Casino Hotel Chaves	2 175 725,93
Emp. Praia do Presídio	100 000,00
	2 275 725,93

14.3 — Imobilizações implantadas em propriedade alheia:

Silo Auto da Praia da Rocha	3 492 523,74

14.4 — Não há imobilizações localizadas no estrangeiro.
14.5 — Imobilizações reversíveis:

14.5.1 — Imobilizações corpóreas:

Casino Espinho	51 735 238,50
Casino Vilamoura	9 387 397,04
Casino Monte Gordo	3 670 009,15
Casino Praia da Rocha	4 659 267,56
	69 451 912,25
Total	115 689 577,46

14.6 — Não houve capitalização de custos financeiros no exercício.

15 — Não há bens utilizados em regime de locação financeira.

16 — Relação das empresas associadas:

EMPES — Empresa de Publicidade de Espinho, L.da
Avenida 8, 456, 1.º, Salas G, H, R, 4500-853 Espinho:

Capital detido: 78,85%;
Volume de negócios (2004): 280 050,45 euros;
Capitais próprios (2004): 22 818,97 euros;
Resultado do exercício (2004): 18 196,85 euros.

Sociedade de Investimentos Imobiliários da Praia da Rocha, S. A.
Hotel Algarve 8500 Portimão:

Capital detido: 100%;
Volume de negócios (2004): nada a referir;
Capitais próprios (2004): 5 678 070,24 euros;
Resultado do exercício (2004): (503 183,47 euros).

Em sequência da dissolução da Solverdotéis — Sociedade Hoteleira, L.da, em 16 de Novembro de 2003, procedeu-se ao encerramento da liquidação, em 8 de Outubro de 2004, tendo-se apurado um resultado negativo de 5739,85 euros.

A Sociedade de Investimentos Imobiliários da Praia da Rocha, S. A., cessou quase por completo a sua actividade, auferindo apenas as rendas relativas aos contratos de arrendamento e de exploração que celebrou com a Solverde, que totalizaram em 2004, o valor de 458 525,93 euros.

No que concerne à Empes — Empresa de Publicidade de Espinho, L.da, e como se constata pelos indicadores apresentados, a sua relevância é de dimensão muito reduzida.

Perante estes dados, considera-se não justificada a consolidação de contas integral ou proporcional, mantendo-se no entanto, a aplicação do método da equivalência patrimonial.

17 — Não há títulos negociáveis com valor contabilístico superior a 5% do activo circulante da empresa.

18 — Não há qualquer saldo na conta de fundos. Existe um Fundo para ocorrer a situações de emergência e extrema necessidade na área da zona, no valor de 19 824,32 euros, inserido na conta de títulos negociáveis e referido no balanço em reservas livres.

19 — Não há diferenças significativas entre os valores calculados pelos critérios valorimétricos adoptados e os respectivos valores a preços de mercado.

20 — Não foram atribuídos, ao activo circulante, valores inferiores ao mais baixo do custo ou de mercado.

21 — Não foram constituídas provisões extraordinárias.

22 — Não há existências consignadas, em trânsito, ou à guarda de terceiros.

23 — Créditos de cobrança duvidosa:

23.1 — Clientes: 129 393,47 euros;
23.2 — Devedores diversos: 2 127 865,53 euros.

24 — Não houve qualquer adiantamento ou empréstimo concedidos aos membros dos órgãos sociais.

25 — Não existe qualquer débito ao pessoal e os créditos ascendem a 2703,24 euros.

26 — Não há créditos nem débitos titulados.

27 — Não foram emitidas pela empresa obrigações convertíveis ou títulos com direitos conferidos.

28 — Não há nenhuma dívida ao estado e outros entes públicos cujo pagamento esteja em mora.

29 — Não existem dívidas a terceiros a mais de cinco anos.

30 — Não há dívidas a terceiros cobertas por garantias reais.

31 — Não há compromissos financeiros, para além dos que resultam das contrapartidas anuais mínimas, decorrentes dos contratos de concessão, tal como se encontram definidas nos quadros anexos ao Decreto-Lei n.º 275/2001, de 17 de Outubro. Em contencioso fiscal impendem sobre a Empresa três créditos da Direcção-Geral dos Impostos no valor de 223 085,25 euros, 469 813,67 euros e 129 036,66 euros, para os quais existem garantias, conforme o mencionado no ponto 32 deste anexo.

32 — Responsabilidades da empresa por garantias prestadas (em euros):

Inspecção-Geral de Jogos	14 070 843,78
EDP — Distruibuição de Energia, S. A.	47 764,89
Makro — Autoserviço Grossista, S. A	7 481,97
2.º Juízo do Tribunal de Trabalho de Vila Nova de Gaia	8 422,25
4.º Juízo do Tribunal de Trabalho de Lisboa	42 988,40
5.º Juízo do Tribunal de Trabalho de Lisboa	10 474,76
1.º Juízo do Tribunal de Trabalho de Vila Nova de Gaia	14 958,16
Fundo de Turismo	64 604,78
Câmara Municipal de Portimão	50 877,39
Vasp — Sociedade de Transportes e Distribuições, L.da	3 491,59
Midesa — Distribuição de Publicações, S. A.	4 489,17
Delta Press — Sociedade de Distribuição de Publicações, L.da	1 745,79
CTT	748,20
Direcção-Geral dos Impostos	1 362 575,98
Total	15 691 467,11

33 — Não foi considerada no balanço qualquer diferença entre as importâncias das dívidas a pagar e a arrecadar.

34 — Movimentos das contas de provisões ocorridos no exercício:

(Em euros)

Contas	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
19 — Provisões para aplicações de tesouraria	43 805	17 750	50	61 506
28 — Provisões para cobranças duvidosas	2 189 465	88 924	21 130	2 257 259
29 — Provisões para riscos e encargos	1 811 671	156 172	62 815	1 905 028

35 — Não houve qualquer alteração do capital no exercício.

36 — Não existem no capital social acções preferenciais ou privilegiadas.

37 — Não temos conhecimento de pessoas colectivas que detenham, pelo menos, 20% do capital da empresa.

38 — Não houve acções subscritas durante o exercício.

39 — Movimentos da conta reservas de reavaliação ocorridos no exercício:

Contas	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
56.2 — Reservas de reavaliação (Decreto-Lei n.º 31/98)	9 460 927	–	–	9 460 927

40 — Movimentos das contas de capitais próprios ocorridos no exercício:

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
51 — Capital	30 000 000	–	–	30 000 000
52 — Acções próprias:				
521 — Valor nominal (*a*)	(1 306 960)	(176 540)	–	(1 483 500)
522 — Descontos e prémios	(715 291)	(174 604)	–	(889 895)
55 — Ajustamento de partes de capital em filiais e associadas	179 631	3 712	–	183 343
56 — Reservas de reavaliação	9 460 927	–	–	9 460 927
57 — Reservas:				
571 — Reservas legais (*b*)	2 732 454	381 905	–	3 114 359

(Em euros)

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
572 — Reservas estatutárias	34 426 263	5 459 971	–	39 886 234
574 — Reservas livres	19 539	285	–	19 824
59 — Resultados transitados	–	(3 712)	–	(3 712)

(*a*) O acréscimo de 35 308 acções, ocorrido no exercício, corresponde a 35 308 acções nominativas ao preço médio de 9945,18 euros, adquiridas de acordo com as deliberações das assembleias gerais de 16 de Abril de 2003 e 22 de Abril de 2004.
(*b*) Conforme o deliberado na assembleia geral de 22 de Abril de 2004, foi transferido para reserva legal, o valor de 19 015,38 euros, relativo aos dividendos das acções próprias adquiridas entre 1 de Janeiro de cada ano, ainda não prescrito, e a data em que foram colocados à disposição dos accionistas.

41 — Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:

Movimentos	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Existências iniciais	52 938	817 497
Compras	675 514	4 348 783
Regularização de existências	–	(9 167)
Existências finais	56 842	832 436
Custos no exercício	671 610	4 324 677

42 — Não há variação da produção.

43 — Remunerações dos órgãos sociais:

Conselho de administração — 447 166 euros;
Conselho fiscal — 15 600 euros.

44 — Repartição por actividade das contas de vendas e prestações de serviços (em euros):

71 — Vendas	4 110 971,24
Casino Espinho	1 574 355,84
Casinos do Algarve	2 460 739,69
Hotel Solverde	54 568,12
Hotel Algarve	21 307,59
72 — Prestações de serviços	98 064 706,24
Casino Espinho	45 761 161,03
Casinos do Algarve	43 289 522,69
Hotel Solverde	4 670 890,44
Aparthotel Solverde	911 319,23
Hotel Algarve	3 431 812,85

45 — Demonstração dos resultados financeiros:

CUSTOS E PERDAS

	2004	2003
681 — Juros suportados	2 196 310	2 652 859
682 — Perdas em empresas do grupo e associadas	508 923	647 122
683 — Amortizações de investimentos em imóveis	4 573	4 885
684 — Provisões para aplicações financeiras	17 750	1 545
685 — Diferenças de câmbio desfavoráveis	80	32
688 — Outros custos e perdas financeiros	862 954	1 028 889
Resultados financeiros	(3 520 235)	(4 275 698)
	70 355	59 634

PROVEITOS E GANHOS

	2004	2003
781 — Juros obtidos	3 370	9 983
782 — Ganhos em empresas do grupo e associadas	14 348	3 713
783 — Rendimentos de imóveis	13 884	15 099
784 — Rendimentos de participações de capital	11	11
785 — Diferenças de câmbio favoráveis	17 291	15 716
786 — Descontos de pronto pagamento obtidos	21 451	15 112
	70 355	59 634

46 — Demonstração dos resultados extraordinários:

CUSTOS E PERDAS

(Em euros)

	2004	2003
691 — Donativos	455 313	389 503
692 — Dívidas incobráveis	368 954	142 258
693 — Perdas em existências	–	–
694 — Perdas em imobilizações	83 590	937 923
695 — Multas e penalidades	1 045	739
697 — Correcções relativas a exercícios anteriores	–	7 407
698 — Outros custos e perdas extraordinários	435	3 654
Resultados extraordinários	1 442 841	1 748 360
	2 352 178	3 229 844

PROVEITOS E GANHOS

	2004	2003
791 — Restituição de impostos	31 006	395 747
793 — Ganhos em existências	–	–
794 — Ganhos em imobilizações	143 754	25 637
795 — Benefícios e penalidades contratuais	–	–
796 — Reduções de amortizações e de provisões	83 994	731 638
797 — Correcções relativas a exercícios anteriores	2 761	–
798 — Outros proveitos e ganhos extraordinários	2 090 663	2 076 822
	2 352 178	3 229 844

47 — Informações exigidas por diplomas legais:

47.1 — Relação de acordo com o artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais:

	Acções
Manuel Soares de Oliveira Violas	1 016 976
Rita Celeste Soares Violas e Sá	948 405
Edgar Alves Ferreira	93 615
Cônjuge: Otília Soares Violas Alves Ferreira	948 405
Pedro Américo Violas de Oliveira e Sá	300
Fernando Fernandes da Silva	825
Joel Santos Pais	1 750
Joaquim Fernando Marques Reis	(*a*) 3 376
Arlindo Jorge Baptista Soares	28 985
Ruben Artur Veiga Henriques Estima	(*b*) 3 000
Violas — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A.	220 182
III — Investimentos Industriais Imobiliários, S. A.	401 753

(*a*) Adquiriu durante o exercício de 2004, 669 acções.
(*b*) Vendeu durante o exercício de 2004, 2000 acções.

47.2 — Por imposição do Decreto-Lei n.º 274/88, de 3 de Agosto, o capital deve ser detido em, pelo menos, 60%, por entidades portuguesas, sendo esta parte obrigatoriamente representada por acções nominativas;

47.3 — De acordo com o artigo 396.º do Código das Sociedades Comerciais a responsabilidade dos administradores está caucionada em 17 457,93 euros;

47.4 — Informação prestada nos termos do disposto na alínea *e*) do n.º 1 do artigo 6.º do regulamento da CMVM n.º 11/2000 (alterada pelo regulamento n.º 24/2000).

Acções detidas em 31 de Dezembro de 2003	Quantidade	Percentagem (*a*)
Manuel Soares de Oliveira Violas	1 016 976	17,83
Rita Celeste Soares Violas e Sá	948 405	16,63
Otília Soares Violas Alves Ferreira + cônjuge	1 042 020	18,27
Ana Gomes Soares Violas	948 706	16,63
Violas — Sociedade Gestora de Participações Sociais, SGPS	220 182	3,86
III — Investimentos Industriais e Imobiliários, S. A.	401 753	7,04

(*a*) Direito a voto.

47.4.1 — São ainda detidas indirectamente pela Violas — SGPS, as seguintes acções:

	Quantidade	Percentagem
III — Investimentos Industriais e Imobiliários, S. A.	401 753	7,04

Pelos seus administradores	Quantidade	Percentagem
Manuel Soares de Oliveira Violas	1 016 976	17,83
Rita Celeste Soares Violas e Sá	948 405	16,63
Otília Soares Violas Alves Ferreira + cônjuge	1 042 020	18,27
Total de direito de votos detidos indirectamente		59,77
Total de direito de votos detidos directa e indirectamente		63,63

47.4.2 — São ainda detidas indirectamente pela III — Investimentos Industriais e Imobiliários, S. A., as seguintes acções:

Pelos seus administradores	Quantidade	Percentagem
Manuel Soares de Oliveira Violas	1 016 976	17,83
Rita Celeste Soares Violas e Sá	948 405	16,63
Ana Gomes Soares Violas	948 706	16,63
Edgar Alves Ferreira + cônjuge	1 042 020	18,27
Total de direito de votos detidos indirectamente		69,36
Total de direito de votos detidos directa e indirectamente		76,40

48 — Informações complementares:

48.1 — Durante o exercício de 2004, foi despendido o valor de 2 121 015 euros, em diferentes despesas não documentadas, decorrentes de negociações levadas a efeito, relativas a negócios do interesse da sociedade;

48.2 — O saldo final de empréstimos a empresas do Grupo, mencionado no ponto 10.1, no valor de 6 805 000 euros é relativo a um empréstimo concedido à nossa associada Sociedade de Investimentos Imobiliários da Praia da Rocha, S. A.;

48.3 — O ponto 8 da demonstração dos resultados por funções, subsídios para investimentos, no valor de 1 814 354 euros e 1 691 572 euros, é resultante da comparticipação do Estado nas obras de remodelação do Casino de Espinho e aquisição de equipamento de jogo, que é tratado contabilisticamente como proveito diferido;

48.4 — Na rubrica de outros devedores, do balanço analítico, está incluído o montante de 13 850 000 euros, relativo a um investimento, eventualmente a realizar, na zona de Portimão, tendo por objectivo a construção de campos de golfe, projecto este, que se encontra em fase de apreciação pelas entidades competentes;

48.5 — Todas as informações consideradas relevantes para a compreensão da posição financeira e dos resultados da empresa constam do relatório de gestão, do balanço e do anexo.

O Conselho de Administração: *Manuel Soares de Oliveira Violas*, presidente — *Rita Celeste Soares Violas e Sá*, administrador — *Edgar Alves Ferreira*, administrador — *Pedro Américo Violas de Oliveira e Sá*, administrador — *Fernando Fernandes da Silva*, administrador — *Joel Santos Pais*, administrador — *Joaquim Fernando Marques Reis*, administrador. — O Técnico Oficial de Contas, *António Luís Ferreira Pereira*.

Certificação legal das contas

1 — *Introdução*. — Examinamos as demonstrações financeiras anexas da Solverde — Sociedade de Investimentos Turísticos da Costa Verde, S. A., Sociedade Aberta, as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2004, que evidencia um total de balanço de 209 416 369 euros e um total de capital próprio de 88 450 731 euros, incluindo um resultado líquido positivo de 8 163 151 euros, as demonstrações dos resultados por naturezas e funções, fluxos de caixa e os correspondentes anexos.

2 — É da responsabilidade do conselho de administração a preparação das demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da empresa e o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 — A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame aquelas demonstrações financeiras.

4 — *Âmbito*. — O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu:

A verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizados na sua preparação;

A apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

A verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;

A apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 — Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião sobre aquelas demonstrações financeiras.

6 — *Opinião*. — Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Solverde — Sociedade de Investimentos Turísticos da Costa Verde, S. A., Sociedade de Aberta, em 31 de Dezembro de 2004, o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos, geralmente aceites.

7 — *Ênfases*. — Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para as situações seguintes:

7.1 — Pelo Decreto-Lei n.º 275/2001, de 17 de Outubro, as concessões das zonas de jogo de Espinho e do Algarve, que terminavam em 2008 e 2017, respectivamente, foram prorrogadas até 2023, mediante o pagamento de contrapartidas iniciais, o que determinou a fixação de novos valores para a amortização anual dos custos diferidos e do recalculo das taxas de reintegrações, para o imobilizado reversível, considerando-se agora o período de 2002 a 2023, não sendo porém, ultrapassada a vida económica dos bens;

7.2 — Na consolidação de contas das empresas participadas, foi utilizado o método da equivalência patrimonial;

7.3 — Durante o ano e em despesas confidenciais ou não documentadas, foi despendido o montante de 2 121 015 euros, utilizado no

normal desenvolvimento dos negócios da sociedade, conforme referido no ponto 48.1 do anexo.

Estas situações informam sobre alterações relevantes, relativamente aos exercícios anteriores, mas não a imagem verdadeira e apropriada dada pelas demonstrações financeiras, com que concordamos.

Porto, 14 de Março de 2005. — Fernando Ribeiro & Oliveira Maia, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, L.da, representada por *Augusto de Oliveira Maia*, revisor oficial de contas.

Relatório e parecer do conselho fiscal

Nos termos do estabelecido nos pressupostos legais aplicáveis e estatutos, vem o conselho fiscal da Solverde — Sociedade de Investimentos Turísticos da Costa Verde, S. A., apresentar o relatório sobre a actividade desenvolvida, bem como pronunciar-se quanto ao teor do relatório de gestão, balanço, demonstração de resultados, respectivos anexos e demais documentação de prestação de contas, respeitantes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2004.

Ao longo do ano e com a regularidade tida como conveniente, acompanhou o conselho a actividade da sociedade e a evolução dos negócios nos seus variados domínios, não só através da informação contabilística mensal disponibilizada, mas também pelas visitas periodicamente efectuadas aos locais onde a mesma se desenvolve, ou seja em Espinho e no Algarve.

De referir que e aquando do desempenho das nossas funções, sempre recebemos todo o apoio e colaboração dos serviços e administração, consubstanciado no pronto e completo esclarecimento às questões levantadas ou informações sobre o avanço no sentido de se encontrarem soluções para as situações pendentes ou em curso.

No domínio dos registos contabilísticos e controlo das contas, ao longo do ano, procedeu-se à apreciação dos factos patrimoniais consequentes à actividade desenvolvida, destacando-se dessa acção e nomeadamente, os seguintes aspectos:

Verificação da regular escrituração dos livros obrigatórios; análise dos documentos suporte; controlo dos movimentos e saldos das contas de clientes, fornecedores, instituições bancárias, Estado e outros entes públicos, outros devedores ou credores; tesourarias; de custos e proveitos, cumprimento das obrigações das concessões e as inerentes à legislação fiscal e no final, verificação dos critérios de valorimetria utilizados e cálculo dos montantes das reintegrações e amortizações, informando-se não ter havido alterações relativamente ao exercício anterior, aliás como se encontra explicitado no ponto 3 do anexo.

No que respeita aos pressupostos da constituição e reforço das provisões para aplicações financeiras, cobranças duvidosas e outros riscos e encargos, que atingem os montantes de 61 506 euros, 2 257 259 euros e 1 905 028 euros, respectivamente, são consideradas suficientemente ajustadas à cobertura dos valores susceptíveis de perda, aliás como ao longo dos anos se tem vindo a comprovar.

Quanto aos documentos de prestação de contas, podemos afirmar que da análise atenta do balanço, demonstração de resultados e respectivos anexos, se infere da sua adequação aos preceitos legais, encontrando-se elaborados de acordo com as regras contabilísticas geralmente aceites e consubstanciam não só o património social, mas também os resultados da actividade desenvolvida.

Da apreciação do relatório de gestão, concluímos que o mesmo completa a informação que as contas exprimem, elucida sobre as condições em que se desenvolveu a actividade no decurso do ano, perspectivando as iniciativas futuras a concretizar, bem como a sua evolução previsional, atitudes estas, sempre norteadas pelos sãos princípios de uma avisada e prudente gestão.

Também e conforme consignado na lei, foi apresentada a certificação legal das contas, sem reservas mas com ênfases e o relatório sobre a fiscalização da responsabilidade do revisor oficial, documentos estes que depois de devidamente apreciados, foram unanimemente aceites e considerados parte integrante deste relatório.

Mais se refere que o conselho fiscal se pronunciou favoravelmente, quanto à venda pela sociedade de uma sua viatura a um administrador, nas condições constantes do relatório de gestão.

Nesta conformidade e na convicção de que o relatório de gestão, balanço, demonstração de resultados e demais documentos de prestação de contas estão elaborados segundo as disposições legais e reflectem a situação patrimonial e a actividade desenvolvida na sociedade, é o conselho fiscal do parecer que:

1 — Depois de discutidos, sejam aprovados o relatório de gestão, balanço e contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2004;

2 — Seja igualmente aprovada a proposta de aplicação de resultados positivos, do montante de 8 163 151,45 euros;

3 — Pela actividade desenvolvida, seja aprovado um voto de muito apreço ao conselho de administração, extensivo a todos os colaboradores da Solverde.

Pelo apoio recebido e confiança em nós depositada, os nossos melhores agradecimentos.

Espinho, 21 de Março de 2005. — O Conselho Fiscal: Fernando Ribeiro & Oliveira Maia, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, L.da, presidente, representada por *Augusto de Oliveira Maia*, revisor oficial de contas — *Arlindo Jorge Baptista Soares*, vogal — *Ruben Artur Veiga Henriques Estima*, vogal.

Extracto da acta da assembleia geral

(...)

(...) e com a presença, conforme resulta da respectiva lista de presenças que fica anexa à presente acta, de 33 accionistas titulares de 4 656 965 acções correspondentes a 232 835 votos e representando 83% do capital social.

Esta assembleia foi regular e atempadamente convocada por anúncios publicados no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 27, de 8 de Fevereiro de 2005, *Jornal de Notícias,* n.º 261, de 17 de Fevereiro de 2005, e *Defesa de Espinho,* n.º 3803, de 17 de Fevereiro de 2005.

Presidiu aos respectivos trabalhos a mesa constituída pelo presidente da mesa de assembleia geral Dr. Amadeu José Melo Morais e Dr. José Augusto Ferreira de Campos, 1.º secretário da mesma mesa.

Presente esteve ainda o 1.º secretário da sociedade Dr. Nuno Miguel Ferreira Morais, que nos termos da lei, rubricou a lista de presenças bem como todos os documentos submetidos à apreciação desta assembleia, e que redigiu a presente acta.

Nos termos da convocatória já referida, a ordem de trabalhos é a seguinte ordem de trabalhos:

1.º Apreciação, discussão e aprovação do relatório de gestão, balanço e contas do exercício de 2004;

2.º Apreciação, discussão e votação da proposta de aplicação de resultados;

3.º Apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade;

4.º Autorização para a sociedade adquirir e alienar acções próprias.

No início dos trabalhos, e após uma saudação aos accionistas presentes, o presidente da mesa anunciou que estavam reunidas as condições estatutárias para que a assembleia se considerasse validamente constituída e que também validamente deliberasse sobre os diferentes assuntos da ordem de trabalhos.

Entrou-se, por isso, e de imediato, no ponto 1.º da ordem de trabalhos — Apreciação, discussão e aprovação do relatório de gestão, balanço e contas do exercício de 2004 —, tendo o presidente da mesa comunicado que, uma vez que os documentos em discussão tinham estado à disposição dos senhores accionistas com a antecedência legal, seria dispensada a sua leitura caso ninguém a isso se opusesse.

Dado que não houve qualquer oposição a esta intenção, o presidente da mesa deu então a palavra ao presidente do conselho de administração para tecer às considerações complementares que tivesse por convenientes sobre o que mais relevante ocorreu no exercício de 2004.

O presidente do conselho de administração fez uma exposição sucinta sobre as circunstâncias que condicionaram o exercício findo e adiantou previsões do conselho de administração para o ano de 2005.

O presidente da mesa abriu, de seguida, a discussão sobre os documentos em análise e, dado que nenhum accionista pretendeu usar da palavra, submeteu à votação o relatório de gestão balanço e contas do exercício de 2004, documentos que foram aprovados por larga maioria, com um voto contrário do accionista Nélson Guatter Pais Costa, titular de 1208 acções.

De seguida, o presidente da mesa passou ao ponto 2.º da ordem de trabalhos — apreciação, discussão e votação da proposta de aplicação de resultados —, e a tal propósito referiu que a proposta exis-

tente integra a parte final do relatório de gestão, que por isso, ele passou a ler, sendo o seu teor o seguinte:

Proposta de aplicação de resultados

O resultado apurado neste exercício foi positivo e atingiu o montante de 8 163 151,45 euros, pelo que se propõe a seguinte aplicação:

Reserva legal — 408 157,57 euros;
Distribuição pelos accionistas sob a forma de dividendos, que corresponde a um valor ilíquido de 30 cêntimos por acção — 1 710 990 euros;
Reservas livres — 144,72 euros;
Reserva para investimentos de interesse turístico no concelho de Espinho e zona em que se situa e em quaisquer outras — alínea *e*) do artigo 20.º dos estatutos — 6 040 146,70 euros;
Resultados transitados, relativos a lucros não distribuídos pelos associados, de resultados referentes a exercícios anteriores — 3712,46 euros.

Sobre este assunto, e não obstante convite expressamente feito pelo presidente da mesa, nenhum accionista quis intervir, pelo que a proposta acima referida foi de imediato submetida à votação, e aprovada também por larga maioria, apenas tendo a oposição do accionista Nélson Gualter Pais Costa já acima identificado.

Passou-se depois ao ponto 3.º da ordem de trabalhos — apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade — e a esse propósito o presidente da mesa assumiu proposta, que apresentou à assembleia, no sentido de ser aprovada uma moção de confiança aos órgãos de administração e fiscalização da sociedade e, individualmente, a cada um dos elementos que os integram, invocando um bom desempenho desses órgãos e o facto de terem, uma vez mais, e não obstantes as dificuldades conhecidas que o País atravessa, resultados francamente positivos e animadores.

Dado que uma vez mais nenhum accionista pretendeu usar da palavra sobre esta proposta, foi ela submetida à votação e aprovada com os votos favoráveis de todos os accionistas com excepção do accionista Nélson Gualter Pais Costa.

Entrou-se, depois, no ponto 4.º e último da ordem de trabalhos — autorização para a sociedade adquirir e alienar acções próprias — tendo o presidente da mesa informado a assembleia que tinha entrado na mesa uma proposta subscrita peto conselho de administração e com o teor seguinte:

Proposta

Na assembleia geral ocorrida na passado ano de 2004, o conselho de administração, na sequência de posições anteriores no mesmo sentido, apresentou uma proposta, que veio a ser aprovada, no sentido de ser autorizado, a adquirir e alienar acções próprias, pelo valor máximo de 12 euros e mínimo de 14 euros respectivamente, por acção, até ao limite legalmente admissível, por um período de mais 18 meses a contar de 22 de Abril de 2004.

Tal prazo ainda não se esgotou, tendo o seu termo no próximo dia 22 de Outubro de 2005.

No decurso do exercício de 2004, ao abrigo de tal autorização, e como resulta do relatório hoje submetido à apreciação desta assembleia geral, o conselho de administração adquiriu 35 308 acções representativas do seu capital social.

Continua a ser aconselhável, na perspectiva dos interesses da sociedade, que a autorização acima referida seja mantida para além desse período limite, o que esta assembleia tem legitimidade para fazer, desde que, por mera precaução legal, não seja ultrapassado o prazo de 18 meses a contar desta data.

Assim sendo propõe-se:

a) Que a assembleia geral delibere autorizar o conselho de administração a adquirir acções próprias até ao limite legalmente admissível e pelo valor máximo de 12 euros;
b) Que a assembleia geral delibere autorizar o conselho de administração a alienar acções próprias pelo preço mínimo de 14 euros;
c) Que as autorizações acima referidas perdurem pelo prazo de 18 meses a contar desta data, prorrogando-se nessa medida as que ainda estão em vigor;
d) Que as operações de aquisição e alienação acima referidas se processem na bolsa, através do mercado oficial sem cotação.

O presidente da mesa, depois de proporcionar aos senhores accionistas oportunidade de sobre ela se pronunciarem, e dado que não houve a este propósito intervenções, passou de imediato à fase de votação, tendo a proposta sido aprovada com os votos favoráveis de todos os accionistas presentes, exceptuando o voto contrário do accionista Nélson Gualter Pais Costa já acima identificado.

(...)

(Sem assinaturas.) 2007240459

II SÉRIE
DIÁRIO DA REPÚBLICA
Depósito legal n.º 8815/85 ISSN 0870-9963

Diário da República Electrónico:
Endereço Internet: http://dre.pt

Contactos:
Correio electrónico: dre@incm.pt
Linha azul: 808 200 110
Fax: 21 394 5750